

BOLETIM TRIMESTRAL DE INDICADORES DO TRABALHO

Nº 01/2021

Período de referência: 4º trimestre de 2020

Carlos Moisés da Silva

Governador do Estado de Santa Catarina

Daniela Cristina Reinehr

Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina

Luciano José Buligon

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Diego Goulart

Diretor de Emprego e Renda

Ricardo José Amorim

Gerente de Políticas de Emprego e Ocupação

Elaboração:

Dr. Leandro dos Santos, Sociólogo

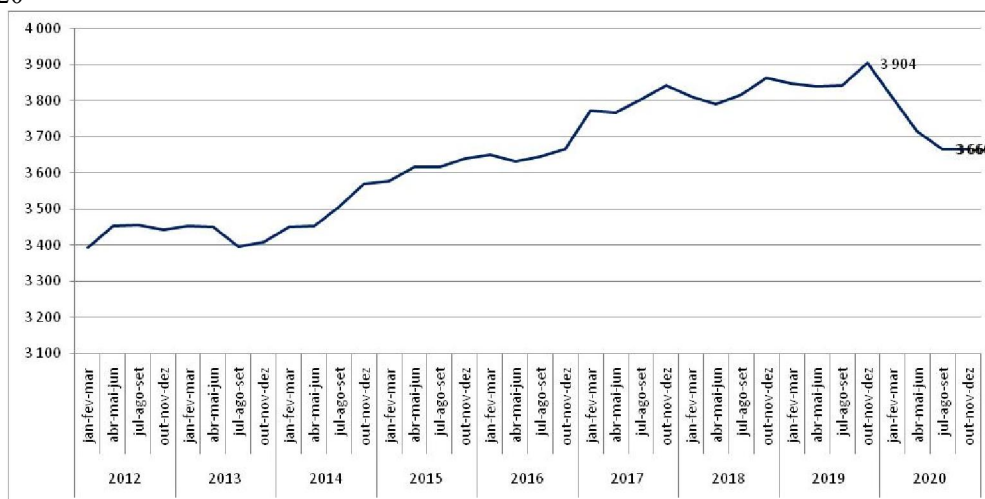
Florianópolis, 10 de março de 2021

O *Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho*, publicação periódica da Diretoria de Emprego e Renda - DIER/SDE, apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral catarinense. O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho, buscando subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas de promoção à renda, ocupação e desenvolvimento econômico. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua – PNADC, divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Força de trabalho: classifica-se como força de trabalho o conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Segundo dados da última PNADC/IBGE, referente ao 4º trimestre de 2020, a força de trabalho em Santa Catarina encontra-se estimada em 3,666 milhões de pessoas. Conforme gráfico 1, na comparação com o trimestre anterior (jul-ago-set 2020) não houve alteração. Entretanto, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (out-nov-dez 2019), período em que se atingiu o pico dentro da série histórica, a variação foi de -6,1%, representando a saída de 237 mil pessoas da força de trabalho.

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares) - SC, 2012-2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

População ocupada: Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual

estavam temporariamente afastadas. As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar. A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

Em SC, a população ocupada (em qualquer categoria) soma 3,471 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre anterior, a variação relativa foi positiva (1,4%), entretanto, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a variação foi de -6,1%, o que significou -224 mil pessoas na condição de ocupadas no Estado.

A tabela 1 abaixo mostra as estimativas (em milhares) e variações (em percentuais) segundo as categorias de ocupação em SC.

Tabela 1: Estimativas e variações segundo as categorias de ocupação – SC

Indicadores	Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre jul-ago-set/2020		Variação em relação ao trimestre out-nov-dez/2019	
	out-nov-dez 2019	jul-ago-set 2020	out-nov-dez 2020	Diferença	VAR%	Diferença	VAR%
Empregado	2.602	2.283	2.323	40	1,7	-279	-10,7
Setor privado (exclusive trabalhador doméstico)	2.051	1.767	1.796	29	1,6	-255	-12,4
Com carteira	1.798	1.600	1.579	-20	-1,3	-218	-12,1
Sem carteira	253	168	217	49	29,3	-37	-14,5
Trabalhador doméstico	177	128	139	10	7,9	-39	-21,9
Com carteira	61	46	55	9	20,3	-6	-9,7
Sem carteira	116	83	83	1	0,9	-33	-28,4
Setor público	373	387	388	1	0,2	15	4,0
Com carteira	46	51	44	-7	-14,4	-3	-5,9
Militar e funcionário público estatutário	267	294	299	5	1,8	32	11,8
Sem carteira	60	43	46	3	6,9	-14	-23,5
Empregador	201	191	193	1	0,8	-9	-4,4
Com CNPJ	185	180	181	1	0,7	-4	-2,0
Sem CNPJ	16	11	11	0	1,8	-5	-32,0
Conta própria	823	857	868	11	1,3	45	5,5
Com CNPJ	262	290	301	10	3,5	39	14,7
Sem CNPJ	560	566	567	1	0,2	7	1,2
Trabalhador familiar auxiliar	69	92	87	-5	-5,5	18	26,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

No intervalo de um ano, portanto, na comparação com o período anterior à crise causada pela disseminação da Covid-19, o número de Empregados do setor privado recuou em -12,4% (percentualmente, a queda foi ainda maior entre os que não tinham carteira assinada). Em números absolutos, foram -255 mil pessoas empregadas no setor.

Entre os Empregadores, a redução foi de -4,4% (importante observar a diferença entre os formais e informais; no grupo de empregadores sem CNPJ, a queda mostrou-se bem significativa, -32%). Ao todo, -9 mil pessoas saíram da condição de empregadores.

Em termos relativos, os Empregados Domésticos foram a categoria que sofreu o maior impacto. Ao todo, a redução foi de -21,9%, uma diminuição de -39 mil pessoas

(sendo que a grande parte desta perda de emprego esteve concentrada no grupo de informais).

Em números absolutos, os ocupados por Conta Própria foram a categoria em que se registrou o maior aumento entre o último trimestre de 2019 e 2020: acréscimo de 45 mil pessoas. Em termos relativos, o aumento correspondeu a 5,5%. Nesse quadro, o aumento ocorreu de modo mais intenso entre os formalizados com inscrição no CNPJ.

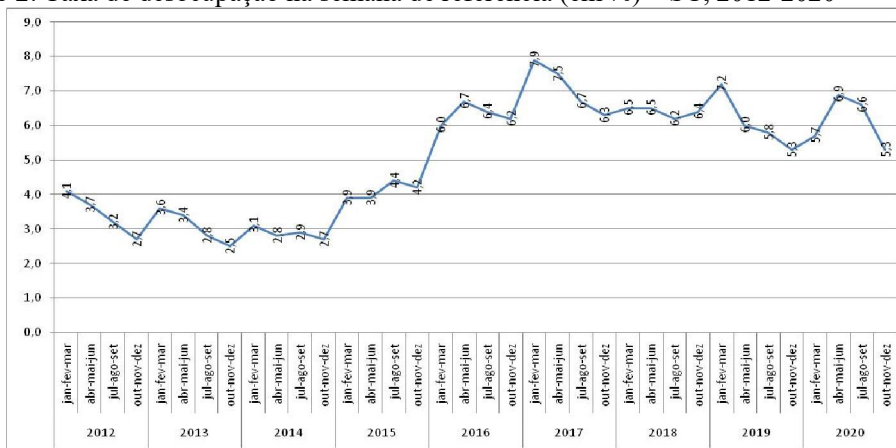
Com as dificuldades do mercado de trabalho, outra categoria que também aumentou bastante foi o Trabalhador Familiar Auxiliar, sobretudo em termos relativos. O ingresso de 18 mil pessoas nesse contingente de ocupação significou uma expansão de 26,6%.

No geral, o número de pessoas ocupadas no setor público registrou um aumento de 4%, sendo o corresponde a 15 mil pessoas. O resultado positivo esteve totalmente atrelado ao ingresso de militares/funcionários estatutários, uma vez que nas demais subcategorias (com e sem carteira) ocorreram reduções.

População desocupada: classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

De acordo a última PNADC, a taxa de desocupação é de 5,3%, isso significa que 196 mil pessoas estavam a procura de ocupação no estado. Na comparação com o trimestre anterior, o percentual de desempregados caiu -1,3 pontos percentuais e encontra-se no mesmo patamar do último trimestre de 2019, conforme mostra o gráfico.

Gráfico 2: Taxa de desocupação na semana de referência (em %) – SC, 2012-2020

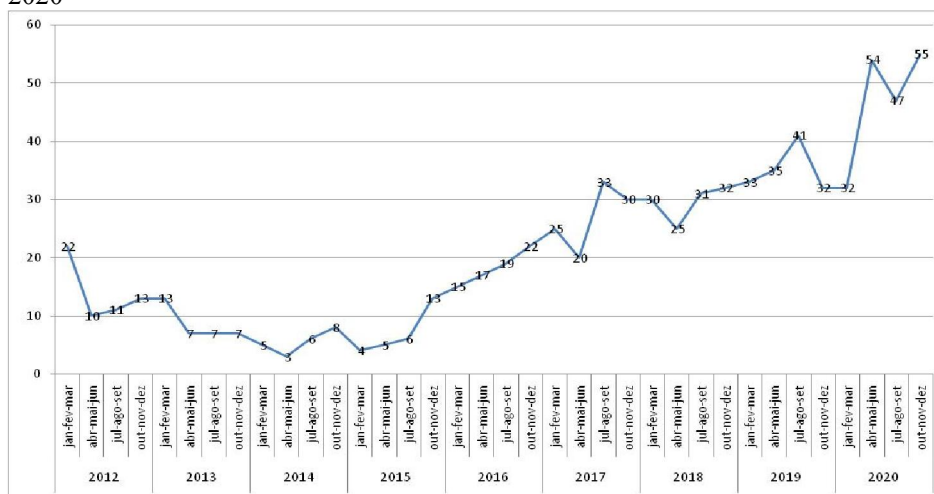


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

POPULAÇÃO DESALENTADA: definida pelo conjunto das pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho (porque não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerada muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia etc.), mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Por outro lado, o número de pessoas em desalento no estado aumentou. Com 55 mil pessoas nessa condição, houve um aumento de 15,8% em relação ao trimestre anterior e de expressivos 70,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, portanto, antes da pandemia (sendo o resultado do aumento de 23 mil pessoas no grupo de desalentados).

Gráfico 3: Pessoas em idade ativa desalentadas, na semana de referência (em milhares) – SC, 2012-2020

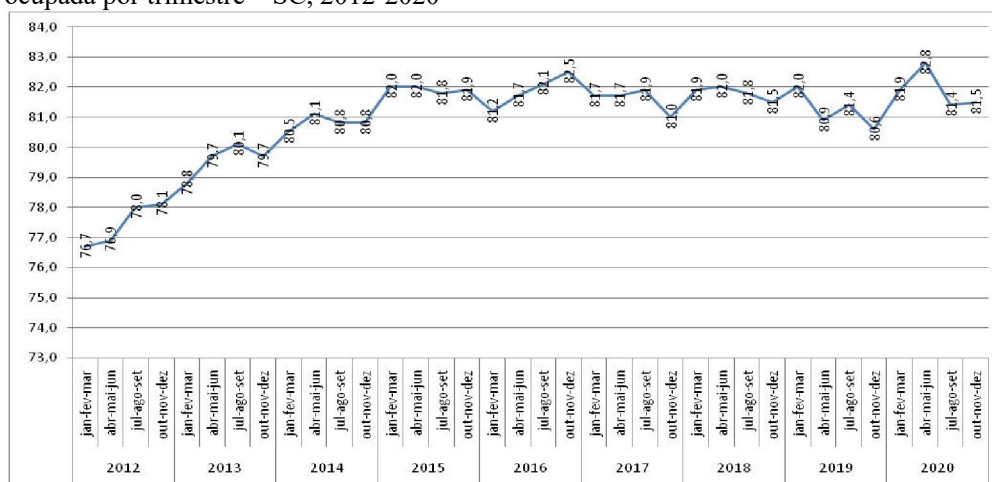


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

TAXA DE FORMALIDADE: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência dentro da população ocupada na semana de referência (em %)

Conforme dados da PNADC, a taxa de formalidade no estado está estimada e 81,5%, isso considerando como indicador o percentual de pessoas ocupadas que contribuem à previdência no total dos ocupados. Na comparação com o trimestre anterior, houve um pequeno aumento de 0,2 pontos percentuais e, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, um aumento de 1 p.p.

Gráfico 5: Percentual de pessoas contribuintes ao instituto de previdência na população ocupada por trimestre – SC, 2012-2020

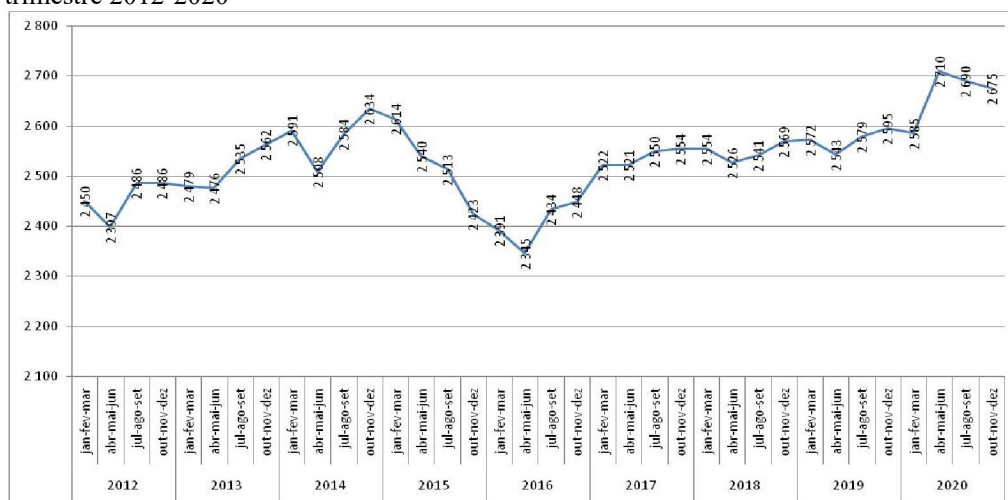


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana de referência da pesquisa

De acordo com o último levantamento da PNADC, o rendimento médio habitualmente recebido por mês, no trabalho principal, equivaleu a R\$ 2.675 em SC. Em relação ao trimestre anterior, isso representou uma redução de -0,6% (equivalente a R\$ 15). Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o aumento foi de 3,1% (equivalente a R\$ 80)

Gráfico 6: Rendimento médio real no trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas com rendimento de trabalho (em R\$) – SC, por trimestre 2012-2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. * Utiliza o deflator Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.